

MINISTÉRIO DA MARINHA
Majoria General da Armada
2.ª Repartição

PORTARIA N.º 450

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, que, como complemento ao disposto no n.º 8.º da portaria n.º 123, de 11 de Março de 1914, sejam averbadas aos oficiais e praças em serviço nos

barcos submersíveis as informações sobre a aplicação e aproveitamento, quando em instrução, bem como os tirocínios efectuados segundo a mesma portaria, devendo nas cadernetas militares das praças ser colocado internamente um impresso do modelo junto, no qual serão registados os mesmos tirocínios.

Estas disposições são extensivas à primitiva guarnição do actual submersível.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 20 de Agosto de 1915.— O Ministro da Marinha, *José de Castro*.

Classe ... Nome ...

Especializado no serviço da navegação submarina desde ... de ... de 19...

Portaria n.º ...

Mudanças de situação	Datas	Tirocínios efectuados segundo a lei n.º 123, de 11 de Março de 1914						Rubricas do comandante		
		I — Imerções			II — Carga da bateria de acumuladores eléctricos		III — Carga da bateria de ar comprimido com os compressores de bordo		IV — Navegação à superfície (Três horas)	
		Estáticas	Navegando		Com os motores de combustão	Com correntes de uma estação em terra			Com motores de combustão	Com motores de combustão ou eléctricos
				Com lançamento de torpedos			Com passagem immediata de M. C. a M. E. e vice-versa			

Direcção Geral da Agricultura

Repartição Administrativa

PORTARIA N.º 451

Atendendo a que é da maior conveniência, como propôs a Direcção Geral da Agricultura, estabelecer as normas a que deve obedecer a escrita dos Armazéns Gerais Agrícolas, a fim de que se possa obter a sua uniformidade em todos elles, e uma arrumação que permita exercer-se uma fiscalização fácil e rigorosa na execução dos serviços que incumbem a estes importantes estabelecimentos do Estado, e conhecer com exactidão as suas relações com terceiros e com as tesourarias das Direcções dos Serviços Agrícolas: manda o Governo da República Portuguesa que nos Armazéns Gerais Agrícolas das Direcções de Serviços Agrícolas sejam postos em execução desde o começo do corrente ano económico as instruções para a organização da escrita dos mesmos armazéns e que vão assinados pelo director geral da agricultura.

Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 16 de Agosto de 1915.— O Ministro do Fomento, *Manuel Monteiro*.

Instruções para a escrituração dos Armazéns Gerais Agrícolas

1.º Os Armazéns Gerais Agrícolas devem possuir os livros e impressos para a sua escrituração, conforme os modelos que vão juntos a estas instruções, além dos impressos, modelos n.ºs 1 a 6, anexos ao regulamento aprovado pelo decreto n.º 206, de 7 de Novembro de 1913, e dos que são determinados pelo regulamento administrativo e fiscal aprovado por decreto n.º 612, de 30 de Junho de 1914.

2.º Quando o depositante não possa dar entrada no armazém, por uma só vez, à totalidade do produto indicado no seu pedido de depósito, o fiel do armazém passará guias do modelo n.º 1, que acompanha estas instruções, as quais guias ficam constituindo recibos das quantidades entradas. Estas guias serão trocadas pelo boletim de en-

trada quando o depositante tenha concluído a entrada total do produto mencionado.

3.º Todos os produtos depositados nos Armazéns serão escriturados respectivamente nos livros modelos n.ºs 2, 3 e 4.

a) Quando haja entradas parciais, logo que estas atinjam a totalidade do pedido será transferido o seu lançamento do livro «Registos provisórios» para o de «Armazenagem em regime mercantil», contando-se o período de armazenagem, para o efeito do pagamento da respectiva taxa desde a data da primeira entrada parcial;

b) Desde que as mercadorias entrem em regime de Armazém Geral, deve ser dada a saída no livro de «Armazenagem em regime mercantil», dando entrada no livro «Armazenagem em regime de armazém geral», especificando-se em todos elles se a armazenagem é a coberto ou a descoberto.

4.º A sacaria só poderá sair dos armazéns mediante a requisição (modelo n.º 5).

5.º A cada requisitante de sacaria será aberta uma conta individual no modelo n.º 6;

6.º No último dia útil de cada mês será feito o balanço, no modelo n.º 7, à sacaria existente em cada armazém e à sacaria que esteja alugada;

7.º Nos armazéns haverá livros de registo de seguros e registos de vencimentos de armazenagens trimestrais (modelos n.ºs 8 e 9) de onde constarão as datas em que se efectuaram os seguros e as entradas dos produtos e dos vencimentos segundo as indicações dos mesmos modelos;

8.º No fim de três meses, ou quando o director do armazém o entender, serão extraídas facturas (modelo n.º 19) do livro Contas Correntes, a fim de serem enviadas a cada depositante de produtos ou alugadores de sacaria para embolso das importâncias de que sejam devedores.

9.º Para auxiliar a escrituração do livro Contas Correntes (modelo n.º 15), haverá nos armazéns os livros modelos n.ºs 10, 11, 12 e 13), servindo o modelo n.º 14 para balancete de conferência dos produtos depositados em cada armazém;

10.º No fim de cada mês será escriturado em globo, a débito e a crédito das contas designadas no registo geral (modelo n.º 16), o movimento que cada conta tenha tido nesse mês, extrahindo-se os respectivos balancetes (modelos 17 e 18).

11.º Quando os armazéns tenham vasilhame ou qualquer artigo que seja alugado, devem possuir os impresos análogos aos que vão indicados para a sacaria. Direcção Geral de Agricultura, em 16 de Agosto de 1915.—O Director Geral, *J. Câmara Pestana*.

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS DO ...

ARMAZÉM GERAL AGRÍCOLA DE ...

Guia de entrada parcial n.º ...

O Sr. ... entregou neste armazém por conta do seu pedido de depósito n.º ... de ... de ... de 191..., o seguinte:

Data	Naturaça da mercadoria	Quantidade, volumes quilogramas ou litros

O Fiel,

Conferido e escriturado no livro de Entradas Provisórias n.º ... F.º ...
Passou ao livro de Armazém de regime mercantil—L.º ...

O Chefe de armazém,

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS AGRÍCOLAS DO ...

ARMAZÉM GERAL AGRÍCOLA DE ...

Guia de entrada parcial n.º ...

O Sr. ... entregou neste armazém por conta do seu pedido de depósito n.º ... de ... de ... de 191..., o seguinte:

Data	Naturaça da mercadoria	Quantidade, volumes quilogramas ou litros

Esta guia será trocada pelo Bolstím de entrada, quando se ache completo o depósito requisitado.

O Fiel,

Conferido e escriturado no livro de Entradas Provisórias n.º ... F.º ...

O Chefe de armazém,

ESTAS GUIAS QUANDO DEREH ENTRADA NO ARMAZÉM SERÃO UTILIZADAS

MODÉLO N.º 1

REGISTOS PROVISÓRIOS

MODÉLO N.º 2

Nome do depositante ...
Morada ...

Pedido de depósito n.º ...

Designação do produto ...

Quantidade que pretende depositar ...
Data do pedido ...

Data das entradas parciais	Número das guias parciais	Quantidades parciais depositadas	Valor	Bolstím de entrada	
				Número	Data

MINISTÉRIO DO FOMENTO

DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA

Direcção dos Serviços Agrícolas do ...

Armazém Geral de ...

Autorizo.
O Director,
...
Verifiquei.
O Chefe,
...

Requisito ao Armazém Geral Agrícola de sacos vazios, que me com-prometo a entregar em bom estado, sujeitando-me:

- 1.º *Ao pagamento no acto da entrega do aluguer de ... (a) milavo por cada sacco e por cada dia que estiver em meu poder.*
- 2.º *Ao pagamento de 50 centavos por cada sacco extraviado.*
- ... de ... de 191...

Declaração de responsabilidade

Garanto a liquidação desta requisição.
... de ... de 191...

Entreguei.
O Fiel,
...

Recebi do Armazém Geral Agrícola de sacos vazios.
... de ... de 191...

MINISTÉRIO DO FOMENTO

DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA

Direcção dos Serviços Agrícolas do ...

Armazém Geral de ...

Autorizo.
O Director,
...
Verifiquei.
O Chefe,
...

Requisito ao Armazém Geral Agrícola de sacos vazios, que me com-prometo a entregar em bom estado, sujeitando-me:

- 1.º *Ao pagamento no acto da entrega-do aluguer de ... (a) milavo por cada sacco e por cada dia que os tiver em meu poder.*
- 2.º *Ao pagamento de 50 centavos por cada sacco extraviado.*
- ... de ... de 191...

Declaração de responsabilidade

Garanto a liquidação desta requisição.
... de ... de 191...

Entreguei.
O Fiel,
...

Recebi do Armazém Geral Agrícola de sacos vazios.
... de ... de 191...

SACARIA ALUGADA

Nome do requisitante ...

...

Morada ...

Alugada		Recebida		Extraviada — Quantidade	Dias de aluguer	Importância a cobrar	Número da guia de cobrança	Data do pagamento
Data	Quantidade	Data	Quantidade					

Sacaria ...

BALANÇO DA SACARIA

BALANÇO DE SACOS ALUGADOS

Datas	Existência no armazém		Entradas	Total da existência com a entrada	Saídas	Inutilizadas	Total das saídas com as inutilizadas	Existência do armazém	
	Balanço de entrada	Recebido do anexo						Saídas para o anexo	Balanço de saída

Datas	Saídos	A deduzir			Saldo
		Entrados	Extravia- dos	Total	

APANHADO DE ARMAZENAGENS E SACOS EXTRAVIADOS

no mês de ... 191....

Sacaria F.ª	Armazém		Nomes	Armazenagem	Sacos extraviados	Contas correntes F.ª
	Mercantil F.ª	Geral F.ª				

MINISTÉRIO DO FOMENTO

DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA

Direcção dos Serviços Agrícolas do ...

Armazém Geral de ...

Talão da Factura n.º ...

O ... Sr. ...

DEVE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Visto,
O Director, O Chefe do Armazém,
...

MINISTÉRIO DO FOMENTO

DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA

Direcção dos Serviços Agrícolas do ...

Armazém Geral de ...

Factura n.º ...

O ... Sr. ...

DEVE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Visto,
O Director, O Chefe do Armazém,
...

MINISTÉRIO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

DECRETO N.º 1:843

Considerando que o artigo 112.º da lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913 preceitua que as percentagens adicionais às contribuições directas do Estado, que constituem receita dos municípios, serão lançadas e cobradas pelas câmaras municipais;

Considerando que a lei de 29 de Junho de 1913, fixando definitivamente a cargo das câmaras municipais do continente da República e ilhas adjacentes o serviço público da instrução primária, quanto à dotação e administração, nos termos do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911, expressamente lhes consigna o dever de incluir nos seus orçamentos as verbas necessárias para o pagamento das despesas com esse serviço;

Considerando que para a organização regular e metódica dos orçamentos respeitantes a esses serviços, indispensável se torna que as mesmas entidades, a quem cumpre a fixação das despesas, igualmente determinem o valor das receitas que devam fazer face àqueles encargos;

Considerando que, estabelecidos como se encontram no n.º 2.º do artigo 53.º do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911 os limites do imposto municipal dentro dos quais tem de circunscrever-se a deliberação dos municípios, nenhum prejuízo resulta de que sejam estes que votem as percentagens a adicionar às contribuições directas do Estado para pagamento dos encargos da sua instrução, e antes mais certa e oportunamente se prevê a

sua fixação nos prazos convenientes para a pontual execução das operações de lançamento quando as câmaras, usando da permissão contida no § único de artigo 112.º da lei n.º 88 de 7 de Agosto de 1913, confiam ao Estado o lançamento e cobrança dos seus rendimentos;

Considerando que, devendo o Estado contribuir para as despesas com a instrução primária nos concelhos que apresentarem *deficit*, indispensável se torna exercer a fiscalização necessária para assegurar a distribuição do respectivo subsídio tam sómente a quem de direito e dentro dos exactos limites que a liquidação dessas despesas indicarem:

Hei por bem, usando das atribuições que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa, sob proposta dos Ministros das Finanças e de Instrução Pública, decretar:

Artigo 1.º A taxa da contribuição municipal para instrução primária, lançada sobre as contribuições gerais directas do Estado com aplicação ao pagamento dos encargos compreendidos no n.º 2.º do artigo 1.º do decreto n.º 197, de 29 de Outubro de 1913, será fixada pelas câmaras municipais dentro dos limites estabelecidos no n.º 2.º do artigo 53.º do decreto com força de lei de 29 de Março de 1911.

Art. 2.º As câmaras municipais comunicarão à Inspeção de Finanças do respectivo distrito a taxa que houverem fixado assim que a tenham votado, juntando à sua participação a cópia da acta da sessão em que tenham adoptado a respectiva deliberação.

Art. 3.º Os encargos obrigatórios da instrução primária a cargo dos municípios compreendidos no n.º 1.º do artigo 1.º do decreto n.º 197, de 29 de Outubro de 1913, continuarão a ser exclusivamente subsidiados pelas receitas gerais dos municípios, não podendo em caso algum